

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**RESOLUÇÃO CONSUN Nº 07/2009**

**Dispõe sobre matrícula, recusa de matrícula e integralização curricular.**

O Conselho Universitário, no uso de suas atribuições e considerando:

- a) o número de alunos que estão cursando disciplinas de estágio, trabalho de conclusão e que participam de turmas especiais em período de férias;
- b) a necessidade de que seja deferida a matrícula em número maior de créditos para que os acadêmicos integralizem seus cursos;
- c) a necessidade de regular o prazo máximo de trancamento do curso pelos acadêmicos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - A cada período letivo o aluno deverá renovar a matrícula nas disciplinas oferecidas no curso a que estiver vinculado, obedecendo às datas previstas no calendário acadêmico.

*Parágrafo único.* Será fixada, no calendário acadêmico, a data para o aluno complementar sua matrícula no próprio curso, se for o caso, em disciplinas oferecidas em outro curso ou turno, desde que haja vaga.

**Art. 2º** - É de responsabilidade do aluno a verificação da compatibilidade de horários e o cumprimento dos pré-requisitos, buscando orientação para isso junto à secretaria da unidade.

**Art. 3º** - Ao ingressar no primeiro período de qualquer curso, o aluno deverá se matricular, obrigatoriamente, em todas as disciplinas, respeitados as isenções e aproveitamentos legalmente concedidos.

**Art. 4º** - É vedada a presença em disciplina para a qual o aluno não esteja matriculado.

*Parágrafo único.* A eventual frequência nas atividades acadêmicas em sala de aula, os estudos e as avaliações de alunos não matriculados não serão considerados válidos para qualquer efeito.

**Art. 5º** - Para efetuar a matrícula o aluno deverá observar as instruções da Secretaria Geral dos Cursos, contidas no Guia do Estudante.

**Art. 6º** - O aluno poderá matricular-se, a cada período letivo, nos casos de regime semestral, em disciplinas que totalizem até quarenta e oito (48) créditos, e em até noventa e seis (96) créditos nos cursos de regime anual.

§ 1º - O limite fixado no *caput* do artigo não inclui a carga horária da disciplina de Educação Física e/ou das disciplinas cursadas no regime de recuperação por dependência do curso de Medicina.

§ 2º - A carga horária de estágio ou atividades equivalentes, trabalho de conclusão de curso, ou equivalente, créditos extraclasse, disciplina em turma especial e por acompanhamento já concluídas não será computada para fins de contagem de créditos.

**Art. 7º** - Será recusada a matrícula quando:

- a) o número total de créditos solicitados pelo aluno, por ocasião da matrícula, for superior ao disposto no artigo anterior;
- b) não forem respeitados os pré-requisitos **impeditivos**;
- c) houver choque de horário entre as disciplinas objeto da matrícula no período letivo, salvo das disciplinas que não ocorrerem em sala de aula;
- d) o pedido de matrícula estiver fora do prazo estabelecido no calendário acadêmico;
- e) o aluno estiver em débito financeiro na instituição;
- f) houver interrupção do curso por um período que exceda o tempo de duração para a sua integralização;
- g) for ultrapassado o dobro do tempo da duração do respectivo curso.

**Art. 8º** - O aluno que estiver incurso na alínea “g” do artigo 7º poderá ter o prazo para conclusão do curso ampliado em até um ano, desde que se submeta a processo avaliativo pela coordenação do curso.

**Art. 9º** - O aluno que não frequentar o curso no primeiro período letivo perderá a vaga, salvo nos casos previstos no decreto-lei nº 1.044/69.

**Art. 10** - O aluno que não renovar a matrícula no prazo estabelecido no calendário acadêmico deverá, obrigatoriamente, requerer trancamento para que lhe seja assegurada a vaga.

**Art. 11** - O aluno poderá trancar a matrícula dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico e mediante requerimento protocolado.

§ 1º - Para a integralização do currículo não será computado o período de trancamento de matrícula.

§ 2º - Não será permitido o trancamento parcial de matrícula.

§ 3º - Ao retornar, o aluno:

- I – estará sujeito à existência de vaga nas disciplinas a serem cursadas;
- II – deverá realizar as adaptações curriculares que tenham ocorrido no curso, definidas pela coordenação;
- III – deverá cumprir os prazos previstos para a integralização do respectivo currículo.

**Art. 12** - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua aprovação, revogadas a Resolução Consun nº 17/2003 e as demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2009.  
Ata nº 424.

Prof. Rui Getúlio Soares  
Presidente do Conselho Universitário